

NOTICIÁRIO PARA DIVULGAÇÃO POR JORNAIS, REVISTAS, EMISSORAS DE RÁDIO E DE TELEVISÃO E AGÊNCIAS DE NOTÍCIAS DE TODO O PAÍS

Procap dinamiza o mercado de capitais

A reativação do Programa de Apoio à Capitalização da Empresa Privada Nacional (Procap) dinamizou o mercado de capitais: no primeiro semestre do ano passado só houve 16 emissões de ações; no segundo semestre (o Procap voltou a atuar em agosto) foram registradas 37, das quais 24 tiveram o apoio efetivo desse programa do BNDES. Para 1988 o Sistema BNDES prevê investimentos de Cz\$ 34 bilhões na área de mercado de capitais, num crescimento real de cerca de 200 por cento.

Página 6

Armazenagem comunitária

Uma nova linha de financiamento para apoiar a armazenagem individual e comunitária, beneficiando os pequenos produtores rurais, foi criada pelo BNDES. O novo programa possibilitará a elevação da renda dos pequenos produtores e o aumento da oferta de alimentos básicos. Com os armazéns comunitários, grupos de produtores poderão conservar melhor os produtos e comercializá-los na época mais adequada.

Página 5

Apoio maior à área energética

O BNDES alterou sua política operacional, para ampliar suas linhas de financiamento a projetos de geração de energia elétrica com até 300 megawatts de potência instalada. O Banco só concedia apoio financeiro a projetos de geração de até cem megawatts. Ainda na área energética, o BNDES aprovou em fevereiro último a concessão de um financiamento de Cz\$ 44 bilhões à Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), para expansão e melhoria dos sistemas de transmissão e distribuição de eletricidade em Minas. Segundo as previsões, este deverá ser o maior financiamento do Banco em 1988.

Página 2

Plano Estratégico para o triênio 88-90 prevê "integração competitiva" do Brasil na economia mundial

Um novo estilo de crescimento, voltado simultaneamente para a "integração competitiva" do Brasil na economia mundial e para a integração de toda a nação, de modo a reduzir a pobreza com melhor distribuição de renda e a superação das desigualdades regionais e sociais. Esta é a diretriz fundamental do Plano Estratégico do Sistema BNDES para o triênio 1988-90.

Outros objetivos indicados pelo Plano Estratégico do Sistema BNDES para a economia brasileira até 1990 são: recupe-

ração da taxa de investimentos, compatível com a expansão do mercado interno e a manutenção da capacidade de geração de excedentes exportáveis; superação dos pontos de "estrangulamento" na infraestrutura de energia e de transportes; e privatização de investimentos hoje sob a responsabilidade do setor público.

Para possibilitar a competitividade da economia brasileira no mercado externo o documento do BNDES recomenda várias estratégias, como: modernização do parque pro-

duativo, "com destaque para a capacitação tecnológica da indústria de bens de capital e para os sistemas de automação industrial"; revisão do modelo empresarial brasileiro, com reestruturação e concentração de empresas, especialmente nos setores de microeletrônica, informática, química fina, petroquímica e bens de capital; e apoio à implantação de tecnologias de ponta.

Nas páginas 3 e 4, os principais trechos do Plano Estratégico do Sistema BNDES.

BNDES e Aracruz assinam contrato de Cz\$ 26 bilhões. Projeto vai gerar mais 3 mil empregos

O presidente do BNDES, Márcio Fortes, e o diretor-presidente da Aracruz Celulose S.A., Francisco Gros, assinaram contrato de financiamento no valor global de Cz\$ 26 bilhões. Os recursos serão utilizados na execução de um projeto que prevê o aumento da capacidade de produção de celulose de fibra curta branqueada, de 475 mil para 1 milhão de toneladas/ano, e na otimização da unidade industrial localizada no município de Aracruz, no Espírito Santo. O projeto vai gerar 3 mil novos empregos.

O financiamento concedido à Aracruz Celulose S.A. está dividido em duas operações. A primeira, destinada à expansão da produção de celulose, é de Cz\$ 25,7 bilhões em um investimento total de Cz\$ 91,7 bilhões, o que representa uma participação do BNDES de 28%. A segunda operação, de Cz\$ 342 milhões, visa à otimização da planta atual, num projeto cujo custo total é estimado em

Cz\$ 1,3 bilhão, representando uma participação de 27% por parte do Banco.

Além deste financiamento, está prevista a concessão de recursos oriundos da Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME), subsidiária do BNDES, no valor aproximado de Cz\$ 21,4 bilhões, para compra de equipamentos de fabricação nacional. O investimento total do projeto da Aracruz está estimado em Cz\$ 93 bilhões. A participação do Sistema BNDES (Banco e FINAME) será de cerca de 50%.

Ao executar este projeto a Aracruz, maior produtora brasileira de celulose, viabilizará sua estratégia de abastecimento dos mercados interno e externo, mantendo sua posição de líder do setor. O tipo de celulose fabricado pela empresa — fibra curta — tem grande aceitação no mercado internacional: os mercados europeu e americano absorvem, em partes iguais, 88% das suas exportações;

o restante da produção externa vai para países da América Latina e da Ásia.

Exportação de celulose duplicará até 1994

Até 1994 o Brasil deverá duplicar o volume de exportação de celulose, passando a receita anual dos atuais US\$ 800 milhões para US\$ 1,6 bilhão, com a entrada em operação de sete projetos de implantação e expansão que serão apoiados pelo Sistema BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e sua subsidiária FINAME). Esses novos projetos, que visam colocar 80% da produção total do Brasil no mercado externo, são da Aracruz, Copener, Proin (associação de 12 fabricantes de papel de São Paulo), Bahiasul (associação da Vale do Rio Doce com a Suzano), Riocell, Cenibra e Celgap.

Participação de toda a comunidade nas obras de saneamento em Petrolina

A Prefeitura de Petrolina, Pernambuco, vai aplicar um financiamento de Cz\$ 226 milhões, concedido pelo BNDES, na expansão da rede de esgotos da cidade. A implantação do projeto vai permitir a execução de 9.184 novas ligações e a elevação de 24% para 60% do percentual da população beneficiada, além de melhorar o nível de saúde e da qualidade de vida das comunidades de baixa renda.

Os recursos — provenientes do Fundo de Investimento Social (Finsocial) —, não reembolsáveis, serão utilizados ainda na complementação da rede de rua e ampliação do sistema de lagoas de estabilização para o afastamento e tratamento do esgoto coletado. A tecnologia a ser empregada é a do tipo "condomínial".

A primeira experiência de saneamento básico apoiada pelo BNDES com recursos do Finsocial foi realizada na cidade de Natal, Rio Grande do Norte, utilizando o sistema condomínial de esgotamento sanitário.

O processo de implantação do sistema de esgotos em Petrolina será acompanhado por um intenso trabalho de mobilização comunitária. Numa primeira etapa será feita a convocação dos moradores por meio de visitas domiciliares; divulgação nas escolas, igrejas e associações de bairro; e com um carro de som que circulará pelas ruas dos bairros. Em seguida, haverá uma reunião com a participação do prefeito e outras autoridades com o objetivo de informar à comunidade sobre o projeto.

Depois de mobilizados, os moradores serão convocados para "reuniões de quadra", desenvolvidas em grupos menores, abrangendo os que residem num mesmo quarteirão. Nessa reunião serão debatidos todos os detalhes sobre o funcionamento e manutenção do sistema. Depois os moradores elegerão representantes, que acompanharão toda a obra e a implantação do novo sistema.

ENERGIA

BNDES passa a financiar hidrelétrica até 300 MW

A diretoria do BNDES aprovou uma alteração na política operacional da instituição: ampliou as linhas de financiamento do Banco a projetos de geração de energia elétrica com até 300 megawatts (300 mil quilowatts) de potência instalada. Até agora o BNDES só concedia apoio financeiro a projetos de geração de até cem megawatts.

Segundo a decisão da diretoria do Banco, só serão apoiados os projetos de construção de usinas hidrelétricas ou termelétricas de potência superior a cem megawatts se seus custos forem inferiores a mil dólares por quilowatt instalado. Outra exigência do BNDES é a de que as usinas deverão estar localizadas perto dos centros consumidores.

As usinas hidrelétricas ou termelétricas de potências superiores a 300 megawatts continuarão obtendo financiamentos através da FINAME, subsidiária do BNDES que financia exclusivamente a aquisição de máquinas e equipamentos. Os equipamentos devem ser fabricados com índices mínimos de nacionalização superiores a 85% para poderem beneficiar-se do apoio da FINAME.

Os financiamentos a usinas de geração de eletricidade terão, segundo a decisão do Ban-

co, taxas de juros de 8 por cento ao ano, prazo total de dez anos e carência de seis meses após a entrada do empreendimento em operação. A participação do BNDES será de no máximo 55 por cento do valor total do investimento.

Segundo os "Cenários para a economia brasileira até o ano 2000" — estudo realizado pela Área de Planejamento do BNDES —, o suprimento nacional de energia elétrica sofrerá um déficit de cerca de 3 por cento em 1990, 11 por cento em 1995 e 23 por cento no ano 2000. A ampliação da linha de financiamento a projetos de geração de eletricidade é uma medida adotada pelo Banco com a finalidade de enfrentar os problemas de suprimento energético que deverão afetar o País na próxima década.

A capacidade total de geração de energia elétrica no Brasil é hoje da ordem de 45 mil megawatts, com maior concentração na região abrangida pelos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. A localização das obras previstas no Plano de Recuperação Setorial, da Eletrobrás, permite deduzir que na próxima década a carência de eletricidade será mais aguda nesses três estados.

Cz\$ 44 bilhões para expansão do sistema elétrico em Minas

O BNDES aprovou em fevereiro último a concessão de um financiamento de Cz\$ 44 bilhões à Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) para expansão e melhoria dos sistemas de transmissão e distribuição de eletricidade em Minas. Segundo as previsões da Área de Planejamento do Banco, este deverá ser o maior financiamento do BNDES em 1988.

Do total do financiamento, Cz\$ 13 bilhões serão liberados ainda este ano. O restante será desembolsado em duas parcelas: cerca de Cz\$ 18 bilhões no próximo ano e Cz\$ 13,5 bilhões em 1990.

O plano de expansão da Cemig, a ser executado no quadriênio 1987/90, vai beneficiar uma população estimada em 3,2 milhões de habitantes. Passarão a dispor de energia elétrica 1.590 novas localidades; serão instalados 4,3 mil

quilômetros de linhas; e será ampliada em MVA a capacidade instalada de transformação. As obras atenderão a um acréscimo de demanda de 1,2 mil megawatts (1,2 milhão de quilowatts) e possibilitarão o suprimento de eletricidade a 638 mil novos consumidores.

A finalidade principal do empreendimento é possibilitar o atendimento à demanda futura (está previsto para 1990 um consumo de 31,5 mil gigawatts/hora — 31,5 milhões de megawatts/hora); aprimorar a qualidade dos serviços; e substituir redes de transmissão que estão em estado precário.

Só o programa de eletrificação rural, que integra o plano de expansão da Cemig, prevê o atendimento a 84,3 mil propriedades rurais em todo o Estado de Minas Gerais, com a instalação de 66 mil quilômetros de redes elétricas.

INFORME BNDES

Noticiário produzido e editado pela Assessoria de Comunicação (ASCOM) do Sistema BNDES.

Assessoria de Comunicação do Sistema BNDES — ASCOM
Av. Chile, 100 — 12º andar — CEP 20139 — Rio de Janeiro — RJ
Telefones: 277-7181/277-7182/277-7191/277-7192/277-7264/277-7096/
277-7802 — Telex: (021) 32189/30447

Assessoria de Divulgação em Brasília-DF (para o Norte e o Centro-Oeste)
End.: Edifício BNDES — Setor Bancário Sul — Conj. 1 — Bloco E —
13º andar — CEP 70070
Tel.: 225-8214 — Telex: (061) 1190

Assessoria de Divulgação em São Paulo-SP (para SP e Região Sul)
End.: Av. São Luiz, 50 — 25º andar — Conj. 251 — CEP 01046
Tel.: 257-6122 — Telex: (011) 21045

Assessoria de Divulgação em Recife-PE (para o Nordeste)
End.: Rua do Riachuelo, 105 — 7º andar — CEP 50000
Tels.: 231-0013/231-0410/231-0200 — Telex: (081) 2016

O Plano Estratégico do BNDES

1988-1990

Principais trechos do Plano Estratégico do Sistema BNDES para o triênio 1988-1990:

I — APRESENTAÇÃO

O Plano Estratégico do Sistema BNDES — 1988-1990 tem como diretriz fundamental a integração competitiva do Brasil na economia mundial e a integração de mercados a nível nacional com superação das desigualdades sociais e regionais do país, configurando um novo estilo de crescimento da economia brasileira.

Os estudos prospectivos que subsidiaram a elaboração do Plano, resumidos em "Síntese dos Cenários para a Economia Brasileira até o ano 2000" (BNDES — agosto de 1987), demonstraram a enorme potencialidade de desenvolvimento que o País possui.

Assim, a despeito das grandes dificuldades e incertezas presentes no curto prazo, o Sistema BNDES planejou suas atividades para o triênio 88-90 com absoluta confiança na viabilidade do desenvolvimento econômico e social do Brasil.

O Plano Estratégico 1988-1990 objetiva também um amplo processo de reorganização interna, especialmente no que se refere à política de recursos humanos, visando a modernização organizacional do Sistema BNDES.

A elaboração do Plano envolveu ampla participação dos empregados e de todo o corpo executivo do Sistema BNDES, através de questionários, reuniões e entrevistas, quando se procurou diagnosticar as ameaças e oportunidades para a ação futura do Sistema, bem como os pontos fortes e fracos da sua organização interna. Com base nesse diagnóstico foi realizado um seminário da alta administração, que traçou as linhas mestras do presente Plano. O documento final, submetido à aprovação da Diretoria, incorpora sugestões das unidades do Sistema, apresentadas no Comitê de Planejamento (COPLAN).

II — PERSPECTIVAS PARA A ECONOMIA BRASILEIRA

A "Síntese dos Cenários para a Economia Brasileira 1987-2000" aponta duas possibilidades para o futuro da economia brasileira: os cenários da "Integração Competitiva" e de "Fechamento".

O cenário da "Integração Competitiva" constitui uma trajetória de crescente competitividade da economia brasileira e de elevação do padrão de vida da população, com a modernização do aparelho de Estado e das instituições políticas. Um importante condicionante deste cenário é a relativa estabilização da economia mundial, acompanhada da manutenção dos

fluxos de comércio e de uma renegociação favorável da dívida externa brasileira.

Esgotado o ciclo de substituição de importações, o País passa a enfrentar o desafio de, simultaneamente, alargar o mercado interno e impulsionar o volume de comércio exterior.

Neste sentido, este cenário implica aproveitar os chamados vetores vertical e horizontal do crescimento. Por vetor vertical entende-se a contínua modernização da economia elevando sua produtividade global. Trata-se do principal vetor de crescimento dos países desenvolvidos, que já integraram os seus respectivos espaços econômicos e internacionalizaram parcelas expressivas da produção e do capital.

A peculiaridade da economia brasileira, que permite o crescimento a taxas substancialmente maiores que nos países desenvolvidos, reside na presença do vetor horizontal. Este é representado pelo grande potencial de expansão do mercado interno, através da extensão das modernas estruturas de produção e de consumo por todo o espaço econômico, apoiando-se na ampla disponibilidade de recursos naturais, no parque produtivo já instalado e na possibilidade de um melhor padrão distributivo da renda. Por outro lado, o próprio crescimento do mercado interno e a incorporação do progresso técnico constituem fatores-chave para alavancar a capacidade de exportação das empresas brasileiras pelo aumento da competitividade e das escalas de produção.

Quanto ao financiamento desse novo ciclo de crescimento, a complexidade das soluções é bem maior.

Nessa nota etapa do desenvolvimento brasileiro, o financiamento do crescimento deverá ser efetivado em sua quase totalidade a partir de fontes internas de recursos, dada a restrição aos fluxos externos de capitais.

O crescimento autofinanciado significa uma radical mudança no processo de desenvolvimento brasileiro. A sua viabilidade depende, quanto ao setor externo, de um crescimento contínuo das exportações e, quanto ao setor interno, de programas de investimento que mantenham o coeficiente de importação aproximadamente no nível atual garantindo, assim, significativos superávits comerciais durante todo o período.

É importante salientar que o pagamento do serviço da dívida externa não constitui a única motivação para a promoção das exportações. O crescimento a longo prazo do Brasil e sua inserção entre as maiores economias capitalistas não são compatíveis com um cenário de "fechamento" ao comércio exterior. Ainda que o

mercado interno garanta escala de produção, a presença das empresas brasileiras nos mercados externos é essencial para a permanente modernização de processos e criação de novos produtos, representando uma etapa estratégica para a expansão tanto das empresas nacionais quanto das multinacionais aqui instaladas.

A contrapartida desta performance externa é a necessária elevação do financiamento interno. Este processo requer a recuperação da poupança do setor público, gravemente comprometida em virtude, basicamente, do ajustamento da economia brasileira ao setor externo, na primeira metade da presente década. Tal ajustamento, consubstanciado na "estatização" da dívida externa e numa ampla gama de instrumentos de proteção ao setor privado, desequilibrou as finanças do setor público. A carga tributária líquida sofreu redução drástica, principalmente devido ao aumento das transferências ao setor privado a título de pagamento de juros. Fato semelhante ocorreu com as empresas estatais do setor produtivo, que tiveram seus preços e tarifas bastante comprimidos. Portanto, o aumento da poupança do setor público passa pela recuperação da carga tributária e da capacidade interna de geração de recursos da empresas estatais.

Em paralelo à correção das finanças públicas devem ser estimuladas as várias modalidades de participação do capital privado em atividades hoje sob exclusiva responsabilidade do Estado, redefinindo as áreas de atuação estatal, do capital privado nacional e do capital estrangeiro na economia brasileira.

Quanto ao cenário de "fechamento", a probabilidade de sua ocorrência está fundamentalmente vinculada à situação da economia mundial, conjugada a um quadro político interno desfavorável à modernização institucional e à execução de políticas econômicas consistentes e voltadas para a sustentação do crescimento nos padrões de integração e competitividade exigidos pelo novo ciclo.

Caso o cenário internacional caminhe para uma crise financeira acompanhada de recessão ou estagnação, elevação das taxas internacionais de juros e de medidas protecionistas nos países desenvolvidos, a estratégia de inserção do Brasil no comércio mundial torna-se mais difícil. Como contrapartida, a política econômica interna poderia assumir um caráter defensivo.

No plano interno, o esforço de recuperação da economia encontraria maiores dificuldades, em razão do menor crescimento e do "fechamento" ao comércio internacional.

Por fim é importante ressaltar que os objetivos e as estratégias

traçadas para o triênio 1988-90 são a contribuição do Sistema BNDES para a efetivação do cenário da "Integração Competitiva". Sua implementação também significa a realização de ações capazes de minimizar alguns importantes efeitos negativos no caso de uma eventual ocorrência do cenário de "fechamento".

III — A MISSÃO INSTITUCIONAL E A FILOSOFIA DE ATUAÇÃO DO SISTEMA BNDES

Desde a sua fundação, foi atribuída ao BNDES a missão de agente do desenvolvimento econômico do País. Orientando a instituição ao longo dos anos, esta missão tem sido exercida através da criação e operação de mecanismos de financiamento de longo prazo, onde se incluem as atividades das empresas subsidiárias que hoje compõem o Sistema BNDES: FINEC e BNDESPAR.

A partir de 1982 o BNDES recebeu a atribuição de administrar recursos do Finsocial, a serem aplicados em projetos voltados para a redução da pobreza absoluta e melhoria dos serviços sociais básicos, ampliando-se assim a missão do Sistema BNDES com a inclusão de responsabilidades diretamente relacionadas com a questão social.

Desta maneira o Plano Estratégico 1988-1990 define a missão do Sistema BNDES como sendo "contribuir para o desenvolvimento econômico e social do País".

Além disso, o Sistema BNDES vem consolidando uma filosofia de atuação que, conforme definido no Plano Estratégico anterior, compreende um conjunto de princípios e valores permanentes de natureza geral que em cada etapa do desenvolvimento brasileiro adquirem um significado específico.

1. O BNDES é um agente de mudanças

Isto significa que o Sistema BNDES, a partir de uma postura ativa na sociedade brasileira, orienta-se no sentido de uma busca constante de modernidade.

O processo de mudanças coloca-se cada vez mais rapidamente pelo avanço tecnológico que leva ao surgimento de novos produtos e processos, exigindo uma profunda reestruturação em todos os aspectos do complexo produtivo, incluindo custos de comercialização, fluxos financeiros, modelo empresarial e institucionalidade política.

As exigências de mudanças e modernização no horizonte deste Plano assumem uma relevância toda especial, merecendo destaque dois aspectos:

— as empresas e as instituições públicas, inclusive o BNDES, ne-

O Plano Estratégico — 88/90

(Conclusão)

cessitam reestruturar-se em função da "integração competitiva", característica que deverá ocupar o lugar da "substituição de importações" na determinação da dinâmica do processo de crescimento.

— o Estado deverá modernizar-se em sua ação voltada para o atendimento das necessidades sociais básicas da população, no sentido de maior racionalização e produtividade.

2. A industrialização é o motor básico do desenvolvimento

A atuação do Sistema BNDES é marcada pelo objetivo da industrialização, responsável pelo crescimento acelerado do Brasil desde a Segunda Guerra, entendido como sendo um processo de implantação, consolidação e generalização de uma estrutura moderna de produção e consumo de bens e serviços.

Este princípio, no próximo ciclo, está diretamente relacionado com a implantação dos setores tecnológicos de ponta, com a obtenção de competitividade em toda a indústria já instalada e com o próprio crescimento da capacidade produtiva para o atendimento das demandas interna e externa.

3. O desenvolvimento necessita de um forte empresariado nacional

O empresariado nacional criou-se e cresceu no decorrer do processo de industrialização com a contribuição do Sistema BNDES.

No momento o fortalecimento do empresariado passa, particularmente em setores fundamentais como o de petroquímica, informática e bens de capital, por um processo de reestruturação, inclusive envolvendo concentração e aglomeração de empresas, a exemplo da tendência que se observa nos países mais desenvolvidos.

4. O desenvolvimento deve buscar o aproveitamento dos recursos internos e a capacitação tecnológica das empresas nacionais

Este princípio, que sempre acompanha a atuação do Sistema BNDES, implica a orientação do parque produtivo para processos e produtos que maximizem a utilização de recursos naturais do País e que possibilitem uma crescente capacitação tecnológica das empresas.

Esta capacidade se dará tanto pela compra, absorção e adaptação de tecnologia como também pela produção de tecnologia própria nos setores mais maduros.

5. O desenvolvimento objetiva a atenuação dos desequilíbrios sociais e regionais

Sendo o crescimento econômico condição necessária porém não suficiente para o enfrentamento dos desequilíbrios sociais e regionais do País, o Sistema BNDES

continuará a dar apoio prioritário, em condições mais favorecidas, às regiões menos desenvolvidas e, na presente etapa, intensificará seu esforço no sentido de criar pólos de desenvolvimento industrial nessas regiões, capazes de gerar economias de aglomeração e de escala.

Além disso, a partir do Finsocial abriu-se para o Sistema uma frente de intervenção direta nos serviços, programas e projetos voltados para o atendimento das necessidades básicas da população.

IV — OS OBJETIVOS PARA O TRIÊNIO 1988-1990

O Sistema BNDES, dentro de seu campo de ação, deverá orientar suas atividades visando contribuir para os seguintes objetivos estratégicos:

1 — Novo estilo de crescimento voltado simultaneamente para a integração competitiva do Brasil na economia mundial e para a integração de toda a nação, reduzindo-se a pobreza absoluta, melhorando-se substancialmente a distribuição de renda e reduzindo-se as desigualdades regionais.

2 — Recuperação da taxa de investimentos compatível com a expansão do mercado interno e a manutenção da capacidade de exportação, para garantir um crescimento sustentado.

3 — Superação dos pontos de estrangulamento na infra-estrutura de energia e de transportes, que podem comprometer o crescimento da economia brasileira.

4 — Participação do setor privado em investimentos hoje sob a responsabilidade do setor público.

5 — Fortalecimento financeiro e patrimonial do Sistema BNDES, pela compatibilização de sua atuação com o perfil de recursos, buscando simultaneamente uma adequação das fontes e novas formas de aplicação de maior retorno.

6 — Maior integração do Sistema BNDES com organismos e instituições da sociedade e órgãos de governo, consolidando sua inserção na ambiência político-institucional do País e sua imagem junto à opinião pública.

7 — Racionalização organizacional e dos fluxos operacionais do Sistema BNDES no curto prazo, implementando de imediato reformas na política e nos Sistemas de Recursos Humanos.

8 — Modernização do Sistema BNDES a partir de uma concepção empresarial adaptada às exigências do novo estilo de crescimento.

V — ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO

Estratégias para os objetivos de recuperação do investimento e sustentação do novo padrão de crescimento (objetivos 1, 2, 3 e 4).

Com relação à competitividade e ao setor externo

1 — Modernizar o parque produtivo com destaque para a capacitação tecnológica da indústria de bens de capital e para os sistemas de automação industrial, de forma a internalizar a demanda derivada do processo de modernização nos demais setores.

2 — Revisão do modelo empresarial brasileiro com reestruturação e concentração de empresas, especialmente nos setores de microeletrônica, informática, química fina, petroquímica e bens de capital.

3 — Promover a criação e implementação de novos sistemas de apoio à capacitação tecnológica do parque produtivo.

4 — Apoiar a implantação dos setores tecnológicos de ponta.

5 — Formular e propor uma reestruturação do sistema de comércio exterior, enfatizando a atuação nos organismos em que o Banco tem assento.

6 — Apoiar as atividades exportadoras, especialmente aquelas com maior valor agregado.

7 — Apoiar a expansão e a modernização das indústrias produtoras de bens de consumo, de forma a suprir adequadamente o mercado interno e ampliar as exportações.

8 — Aproveitar as oportunidades de integração latino-americana.

Com relação à recuperação do investimento, à superação dos pontos de estrangulamento e à participação dos setores público e privado

9 — Apoiar a expansão da indústria de insumos básicos e respectiva infra-estrutura de apoio.

10 — Apoiar a expansão da infra-estrutura econômica — transporte e energia.

11 — Incentivar a ampliação e racionalização dos investimentos no campo da energia, com ênfase especial para o setor elétrico e para conservação de energia.

12 — Apoiar projetos no setor agropecuário, desenvolvidos por unidades produtivas de cunho empresarial que incorporem processos tecnológicos modernos às suas atividades.

13 — Contribuir para a criação de instrumentos que viabilizem a transferência de recursos do setor privado para as atividades hoje a cargo do setor público, incluindo mecanismos de conversão da dívida externa.

14 — Atuar no sentido da recuperação dos preços e tarifas públicas através de ação institucional, em especial nos órgãos colegiados dos quais o Sistema participa.

Com relação à redução da pobreza, distribuição de renda e desigualdades regionais:

15 — Contribuir para o atendimento das necessidades sociais básicas de:

— ampliação das atividades envolvendo os aspectos sociais dos programas e projetos apoiados pelo Sistema;

— identificação e apoio a projetos sociais com capacidade de pagamento;

— apoio a projetos sociais que sirvam de modelo para a modernização e o desenvolvimento da infra-estrutura social básica;

— criação de mecanismos que assegurem a preservação do valor real dos recursos do Finsocial a partir de sua alocação ao Banco;

— apoio à produção agrícola dos pequenos produtores beneficiados em programas de assentamento.

16 — Contribuir para a superação das desigualdades regionais implementando a estratégia da "descentralização concentrada" que implica o apoio a empreendimentos integrados e grandes projetos indutores de crescimento econômico.

17 — Contribuir para a expansão do setor produtor de bens salariais, adequada à melhor distribuição de renda, uma das características do novo estilo de crescimento.

Estratégias para o objetivo de fortalecer a estrutura financeira e patrimonial do Sistema BNDES (objetivo 5)

1 — Promover ações que viabilizem a obtenção de fluxo de recursos livres, incluindo aumento de capital.

2 — Criar instrumentos para a captação de recursos no mercado de capitais.

3 — Desenvolver esforços no sentido de ampliar significativamente a transferência ao Sistema BNDES dos recursos arrecadados pelo Finsocial a cada ano, preservando a sistemática de autonomia para aplicação desses recursos.

4 — Promover a privatização das empresas controladas pelo Sistema e a alienação das participações minoritárias do BNDES em empresas estatais, bem como a desmobilização de ativos não operacionais.

5 — Fixar critérios para a atuação do Sistema junto ao setor público, particularmente no que se refere a estados e municípios, de modo a evitar a excessiva exposição e risco junto a este setor.

6 — Direcionar o fluxo adicional de recursos orçamentários preferencialmente para o setor privado, de modo a ampliar sua participação no estoque total de operações de crédito direto.

7 — Fixar critérios específicos para novas linhas de crédito que viabilizem aplicações a taxas de juros mais elevadas.

8 — Ampliar as operações de participação acionária e debêntures conversíveis, através da BNDESPAR, em empresas de alta rentabilidade.

Nova linha de crédito para apoio à armazenagem, individual e comunitária

Uma nova linha de crédito para apoio à armazenagem individual e comunitária, que beneficiará os pequenos produtores rurais, foi criada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Essa linha possibilitará a elevação da renda dos pequenos produtores e o aumento da oferta de alimentos básicos por meio da introdução de novas tecnologias de colheita, secagem e conservação da produção.

O diretor do BNDES Carlos Lessa explicou que o Banco decidiu adotar a nova linha de financiamento após ter constatado, em seus estudos, que cerca de 80% dos estabelecimentos rurais existentes no Brasil têm menos de 50 hectares; e que esses pequenos produtores são responsáveis por 50% da produção nacional de alimentos básicos.

Lessa disse que os armazéns individuais e comunitários proporcionarão melhorias na qualidade do produto e redução das perdas; e que os pequenos produtores poderão colocar a produção no mercado na época mais adequada:

— Por não terem acesso às redes de armazenagem existentes no País, os pequenos produtores são obrigados a vender a produção na safra, quando os preços estão baixos.

A nova linha de crédito do BNDES beneficiará trabalhado-

res rurais sem terra (parceiros e arrendatários) e com terra (posseiros, foreiros e proprietários) desde que atendam às seguintes exigências: detenham a posse de imóvel rural que não ultrapasse a área correspondente a dois módulos fiscais; residam no imóvel, explorando-o com auxílio predominante da força de trabalho familiar; e tenham na exploração da propriedade rural sua principal atividade de subsistência.

Além disso, o valor global da produção agropecuária anual não pode ser superior a 500 vezes o Maior Valor de Referência (MVR), no caso da suinocultura; 400 vezes o MVR se a produção for de olerícolas e aves; e 200 vezes o MVR nos demais casos. Os itens financiáveis pela nova linha de crédito são: paióis para "expurgo" do milho; paióis para "cura" da cebola; armazéns comunitários; e secadores comunitários.

A seguir, as condições de financiamento:

— Secadores comunitários e paióis para "expurgo" do milho (até 300 sacas de 60 quilos): parcela reembolsável ao Banco de 60%; correção de acordo com a variação da OTN; juros de 3% ao ano pagos nos três anos de carência; e amortização em sete anos.

— Paióis para "expurgo" do milho com capacidade supe-

rior a 300 sacas (e de até 700 sacas de 60 quilos) e paióis para "cura" da cebola com capacidade de até 2 mil sacas de 25 quilos: parcela reembolsável ao Banco de dois terços do financiamento; correção pela variação da OTN; juros de 8% ao ano pagos durante os três anos de carência; e amortização em sete anos.

— Armazéns comunitários: parcela reembolsável ao Banco de dois terços do financiamento; correção pela variação da OTN; juros de 8% ao ano pagos durante os três anos de carência; e amortização em cinco anos.

Os armazéns comunitários têm por finalidade prestar serviços de recebimento, limpeza, secagem e estocagem a grupos de produtores, objetivando melhor conservação dos produtos e possibilitando a comercialização na época mais adequada. O BNDES estimulará a construção de armazéns com capacidade estática variando de 390 toneladas (6.500 sacas de 60 quilos) a 1.500 toneladas (25 mil sacas de 60 quilos), de implantação simples, mas dotados dos equipamentos tecnicamente exigidos (laboratório, determinadores de umidade, balança, esteira transportadora etc.). Esses limites foram determinados basicamente em função do tipo de beneficiário que se pretende alcançar, e do custo por tonelada, que não deve ser superior a 14 OTN.

BNDES financia com Cz\$ 3,2 bilhões plano de estocagem em Mato Grosso do Sul

O governador do Estado de Mato Grosso do Sul, Marcelo Miranda, e o presidente do BNDES, Márcio Fortes, assinaram em fevereiro último um contrato de financiamento no valor de Cz\$ 3,26 bilhões. O crédito concedido pelo BNDES será utilizado na construção, em diversos municípios de Mato Grosso do Sul, de 17 armazéns graneleiros com capacidade total para 490 mil toneladas de grãos. O financiamento representa 80% do investimento total do projeto, orçado em Cz\$ 4 bilhões.

Com a instalação dos 17 armazéns, o Estado de Mato Grosso do Sul reduzirá em cerca de 30% o déficit de armazenagem de grãos, estimado hoje em cerca de 1,5 milhão de toneladas. Serão beneficiados os produtores agrícolas dos municípios de Dourados, Sidrolândia, Rio Brilhante, Aral Moreira (duas unidades), Ponta Porã, Itaporã, Fátima do Sul, São Gabriel d'Oeste, Camapuã, Pedro Gomes, Cassilândia (Chapadão do Sul), Costa Rica, Mundo Novo, Bonito, Amambaí e Itaporã.

A ampliação da rede de armazenagem é de grande importância para Mato Grosso do Sul, pois a maior parte da sua produção agrícola é atualmente estocada fora do Estado. Isto causa pesados prejuízos aos produtores locais, que são obrigados a entregar sua produção a preços aviltados aos intermediários. Outra alternativa, não menos prejudicial, é a de arcarem com os altos custos dos fretes cobrados no período da colheita.

AGROVALE — A BNDES Participações S.A. (BNDESPAR), subsidiária do BNDES, decidiu exercer seu direito de acionista participando do aumento de capital da Agroindústria do Vale do São Francisco S.A. (Agrovale). Foram subscritas 28.545.298 ações preferenciais nominativas classe A e 70.342.735 ações preferenciais classe C, elevando de 16,8% para 25,6% a participação da BNDESPAR no capital total da empresa, que passou de Cz\$ 330,3 milhões para Cz\$ 604,2 milhões. Situada às margens do rio São Francisco, no município baiano de Juazeiro, a Agrovale é considerada a primeira agroindústria do País, com 7 mil hectares totalmente irrigados e integrados.

LIXO URBANO — Um financiamento de Cz\$ 151 milhões (185 mil OTN) foi concedido pelo BNDES à Prefeitura de Porto Alegre para a instalação de uma usina de reciclagem industrial do lixo da capital gaúcha. O investimento total é de cerca de Cz\$ 277 milhões (338 mil OTN). A usina terá capacidade para processar até 300 toneladas/dia — metade do lixo coletado diariamente na cidade. Após o início da operação dessa usina a Prefeitura pretende construir uma outra, para reciclar todo o lixo coletado em Porto Alegre.

MANGANÊS — O BNDES concedeu financiamento de Cz\$ 260 milhões à Sociedade Mineira de Mineração Ltda. para a instalação de uma unidade industrial destinada à produção de 2.400 toneladas/ano de manganês eletrolítico e 2.400 toneladas/ano de dióxido de manganês eletrolítico. A usina ficará perto das jazidas de manganês de propriedade da empresa em Conselheiro Lafayette, Minas Gerais. A Sociedade Mineira de Mineração é uma empresa da Companhia Paulista de Ferro-Ligas.

FUNDAÇÃO TUPY — A Indústria de Fundação Tupy Ltda., localizada em Joinville, Santa Catarina, vai aplicar um financiamento de Cz\$ 970 milhões, concedido pelo BNDES, na modernização do seu parque fabril. Os recursos serão utilizados na aquisição de equipamentos e na redefinição da planta de produção. Essas modificações vão proporcionar um aumento de 95 mil para 135 mil toneladas/ano na fabricação de produtos fundidos.

ACESITA — O BNDES concedeu financiamento de Cz\$ 1,39 bilhão à Acesita Energética para a execução de um projeto de plantio de 35.857 hectares de florestas de eucalipto, nas regiões do rio Doce e do rio Jequitinhonha, em Minas Gerais, com o objetivo de produzir carvão vegetal.

Procap, uma injeção de ânimo que dinamiza o mercado de capitais

A reativação, pelo BNDES, do Programa de Apoio à Capitalização da Empresa Privada Nacional — Procap, que passou a operar efetivamente a partir de agosto de 1987, contribuiu de forma decisiva para o aumento do número de emissões de ações registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no segundo semestre do ano passado. No primeiro semestre, a CVM registrou somente 16 emissões; de julho a dezembro, 37. Dessas operações de oferta pública de títulos, 24 tiveram o apoio efetivo do Programa, sendo 23 emissões de ações, num valor total de Cz\$ 8,2 bilhões, e uma emissão de debêntures no valor de Cz\$ 741 milhões.

Segundo o diretor da Área de Mercado de Capitais do BNDES e vice-presidente da BNDESPAR, Nildemar Secches, "o Procap surgiu no mercado no momento exato, quando havia uma série de operações maduras para serem concretizadas mas faltava um suporte financeiro para a sua viabilização".

— O mercado precisava de mecanismos que dessem confiança às instituições para novas operações. Desde agosto, o Banco prestou garantias de subscrição no valor de Cz\$ 1,38 bilhão, mas foram desembolsados, efetivamente, apenas Cz\$ 176 milhões, isto porque o mercado absorveu as ações ofertadas e as operações não demandaram todo o volume de recursos que havia sido garantido pelo BNDES — disse Nildemar Secches, acrescentando que só de comissões o Banco recebeu Cz\$ 70 milhões.

A linha que mais recursos exigiu, no âmbito do Procap, foi a Finac, que financia os acionistas, tanto controladores quanto minoritários. O total contratado nesta linha foi de Cz\$ 2,74 bilhões, sendo desembolsados Cz\$ 1,49 bilhão. Deste montante, os financiamen-

tos aos acionistas controladores absorveram Cz\$ 1,42 bilhão, com desembolsos de Cz\$ 1,23 bilhão. Segundo Nildemar Secches, essa linha de financiamento ao acionista controlador foi o que viabilizou os aumentos de capital das empresas.

— Os acionistas controladores tinham certeza de ter um esquema de financiamento para poder fazer uma emissão pública sem perder sua posição relativa no capital da empresa. Num mercado em baixa, com preço de ações *deprimido*, se o acionista controlador não tiver um esquema para se financiar perderá sua posição relativa no controle da empresa. Por isso, o Banco ofereceu este suporte financeiro para o acionista controlador e para o minoritário, este último com juros mais favorecidos — explicou o diretor do BNDES, ressaltando que o Banco, ao desembolsar cerca de Cz\$ 1,5 bilhão, viabilizou lançamentos no valor de Cz\$ 8,2 bilhões.

A Operação SHARP

Nildemar Secches lembrou que uma das opera-

ções bem-sucedidas, no âmbito do Procap, foi o aumento do capital da Sharp, amplamente divulgado pela imprensa. Num aumento de capital de Cz\$ 2,8 bilhões, o BNDES prestou garantia de até Cz\$ 585 milhões, mas desembolsou apenas Cz\$ 11 milhões, pois o mercado absorveu a maioria das ações ofertadas ao público. A comissão recebida por esta operação foi de Cz\$ 31,6 milhões. Além da garantia, o Banco ofereceu financiamento, através do Finac, aos portadores de ações ordinárias, no total de Cz\$ 585,7 milhões, e aos de ações preferenciais, num total de Cz\$ 168 milhões. Na opinião de Secches, esta foi uma operação que exigiu um esforço mínimo tanto do ponto-de-vista do mercado de capitais quanto do BNDES.

Para o ano de 1988, Nildemar Secches adiantou que no orçamento do Banco estão previstos investimentos de Cz\$ 16 bilhões na área de mercado de capitais, dos quais cerca de Cz\$ 6 bilhões no âmbito do Procap. A BNDESPAR deverá aplicar Cz\$ 18 bilhões, o que dá um total de Cz\$ 34

bilhões para todo o Sistema BNDES. No ano passado, foram aplicados Cz\$ 4,5 bilhões pelo BNDES e Cz\$ 7,2 bilhões pela BNDESPAR, o que significa que para 1988 as aplicações do Sistema na área de mercado de capitais deverão ter um crescimento de cerca de 200 por cento.

Em relação ao Procap, já há 23 novas operações em fase de finalização no âmbito do programa. Dentre elas, Nildemar Secches apontou a operação da empresa de autopeças Sifco como a maior de todas, pois envolve cerca de Cz\$ 1 bilhão, sendo uma parte em debêntures e outra em participação acionária.

Ao concluir sua entrevista, o diretor do BNDES afirmou que os resultados positivos apresentados vêm demonstrar a importância do Procap no mercado primário de títulos e valores mobiliários, funcionando como catalisador de novas emissões:

— O objetivo principal do Sistema BNDES é auxiliar o processo de capitalização da empresa privada nacional e o Procap tem sido um instrumento valioso na consecução desta meta.

O quadro a seguir resume a participação do BNDES, desde agosto, em 24 operações de oferta pública de títulos, sendo 23 emissões de ações, no total de Cz\$ 8,2 bilhões, e uma emissão de debêntures, no valor de Cz\$ 741,6 milhões, todas com o apoio do Procap.

ITENS	VALOR CONTRATADO (Cz\$ milhões)	DESEMBOLSOS /SUBSCRIÇÃO
Garantias de subscrição prestadas	1.379,1	176,6
Operações Finac	2.746,3	1.490,2
— Ações ordinárias (minoritários/controladores)	1.418,8	1.232,2
— Ações preferenciais (minoritários/investidores)	901,3	258,0
— Instituições financeiras	426,2	—
Comissões recebidas	69,6	
— Coordenação	14,4	
— Garantia	41,5	
— Colocação	13,7	